



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### PROJECTO DE LEI Nº 428/IX

#### ESTABELECE O DIREITO DE CONSUMIR LOCAL

##### Exposição de motivos

Não raramente, as comumente designadas grandes superfícies comerciais, com venda de produtos alimentares, não atribuem aos consumidores o direito de opção entre produtos nacionais ou produtos de outra origem.

Na verdade, em muitas dessas superfícies os consumidores só têm acesso a produtos de origem de outros países, adquirindo-os por necessidade, mesmo que preferindo consumir produtos de origem portuguesa.

Sabendo muitas pessoas que o transporte de produtos alimentares coloca vários problemas em termos de conservação dos alimentos e em termos ambientais, quando efectuada em larga escala, e podendo a escolha de consumir local incidir até sobre a opção de valorização da produção nacional, há que atribuir aos consumidores o direito de optar pela origem dos produtos que consomem.

Nesse sentido, é preciso que encontrem no mercado esses produtos, por forma a assegurar a sua opção. É esse justamente o objectivo deste Projecto de Lei, ou seja, garantir que os grandes estabelecimentos



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

comerciais dão aos consumidores o direito de escolher entre géneros alimentícios produzidos em Portugal ou produzidos noutros países.

Assim, as deputadas do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, abaixo assinadas, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, apresentam o seguinte:

### Artigo 1º.

#### Âmbito

A presente lei estabelece o direito de consumir local e aplica-se aos estabelecimentos comerciais de comércio por grosso ou a retalho, nos termos definidos no artigo 3º, já instalados ou que venham a ser instalados.

### Artigo 2º.

#### Objectivos

O direito de consumir local, ora instituído, visa a valorização da produção agrícola nacional, bem como a livre opção dos consumidores.

### Artigo 3º.

#### Definições

Para efeitos da presente lei, entende-se por:



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- a) Direito de consumir local - a disponibilização, para livre opção dos consumidores, de produtos alimentares nacionais;
- b) Estabelecimento de comércio por grosso ou a retalho - a unidade comercial que disponha de uma área de venda contínua igual ou superior a 5000 m<sup>2</sup> ou, pertencendo a empresa ou grupo que detenha, a nível nacional, uma área de venda acumulada igual ou superior a 15.000 m<sup>2</sup>.
- c) Produtos alimentares nacionais - os géneros alimentícios produzidos em território português.

### Artigo 4º.

#### Disponibilização de produtos alimentares portugueses

1. Os estabelecimentos de comércio por grosso ou a retalho, conforme definidos no artigo anterior, devem colocar sempre à disposição dos consumidores produtos alimentares portugueses, de forma a garantir-lhes a opção de compra.
2. O disposto no número anterior não se aplica nas seguintes situações:
  - a) Comprovada inexistência de produção nacional significativa, permanente ou em determinada época;
  - b) Quando não seja possível obter o produto no mercado agrícola nacional por este se encontrar escoado.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Artigo 5º.

#### Fiscalização

Compete à Inspeção-Geral das Actividades Económicas a fiscalização do cumprimento do disposto no presente diploma legal.

### Artigo 6º.

#### Sanções

1. A violação do estabelecido no artigo 4º. constitui contra-ordenação punível com uma coima de € 5000 a €25000.
2. A aplicação das coimas compete à Inspeção-Geral das Actividades Económicas.

Palácio de S. Bento, 20 de Abril de 2004

As Deputadas